

A transformação da documentação museológica pela perspectiva da cultura digital

The Transformation of Museum Documentation from the Perspective of Digital Culture

Renata Cardozo Padilha¹

DOI 10.26512/museologia.v11iEspecial.42760

112

Resumo

A documentação museológica marca seu início na década de 1950 com o Comitê Internacional para a Documentação em museus (CIDOC) do Conselho Internacional de Museus (ICOM), desde então, normas, diretrizes e investigações foram desenvolvidas a fim de proporcionar a comunidade museológica boas práticas relativas à organização, representação e tratamento da informação dos acervos museológicos. No século XXI, refletimos sobre as transformações da documentação museológica a partir dos aspectos socioculturais da contemporaneidade, neste caso, as relações com o meio digital. O objetivo geral é investigar os processos de documentação museológica na cultura digital. Metodologicamente, analisamos as quatro práticas da cultura digital nos procedimentos de documentação museológica. Identificamos a necessidade de atualização dos instrumentos de documentação em diálogo com a cultura digital. Consideramos que os aspectos socioculturais ligados às tecnologias digitais e a internet, modificam as necessidades informacionais dos públicos e, conseqüentemente, a forma como organizamos e recuperamos os acervos digitais.

Palavras-chave

Documentação museológica; Organização da Informação; Cultura digital; Gestão de acervos.

Introdução

A documentação museológica corresponde a prática do registro, da organização, do tratamento e da recuperação da informação dos acervos museológicos salvaguardados nas instituições, de modo a assegurar e legitimar os bens culturais a partir das práticas que visam o controle e o acesso a eles. No entanto, à medida que as transformações socioculturais em diálogo com os desenvolvimentos tecnológicos digitais e o uso da internet penetram nas atividades

Abstract

Museum documentation marks its beginning in the 1950s with the International Committee for Documentation in Museums (CIDOC) of the International Council of Museums (ICOM), since then, standards, guidelines and investigations have been developed in order to provide the museum community with good practices relating to the organization, representation and processing of information from museum collections. In the 21st century, we reflect on the transformations of museological documentation from the socio-cultural aspects of contemporaneity, in this case, the relationship with the digital environment. The general objective is to investigate the processes of museological documentation in digital culture. Methodologically, we analyzed the four practices of digital culture in museum documentation procedures. We identified the need to update documentation instruments in dialogue with digital culture. We consider that the sociocultural aspects linked to digital technologies and the internet, modify the informational needs of the public and, consequently, the way we organize and recover digital collections.

Keywords

Museum Documentation; Information Organization; Digital Culture; Collections Management.

¹ Doutora e mestre em Ciência da Informação (UFSC) e Bacharel em Museologia (UFPel). Professora Adjunta do Curso de Graduação em Museologia (UFSC) e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (UFSC). E-mail: renata.padilha@ufsc.br

museológicas, provocam mudanças nas práticas de documentação museológica que atendam às necessidades informacionais e comunicacionais dos públicos que circulam na rede, bem como na formação de acervos digitais, para sua organização e recuperação da informação. Assim, o objetivo geral deste artigo é investigar os processos de documentação museológica nas práticas da cultura digital.

O campo da documentação museológica marca seu início na década de 1950 com o Comitê Internacional para a Documentação em museus (CIDOC) do Conselho Internacional de Museus (ICOM), quando normas, diretrizes e investigações passaram a ser desenvolvidos com consistência a fim de proporcionar a comunidade museológica boas práticas no que tange a organização, representação e tratamento da informação dos acervos museológicos. Ao longo das próximas décadas até final do século XX, os estudos sobre documentação museológica permeavam a definição de padrões mínimos de metadados, controle de vocabulários e terminologias, bem como elaboração de instrumentos que visavam a legitimação e segurança dos bens culturais salvaguardados nas instituições (CERAVOLO; TÁLAMO, 2000).

A partir do século XXI, identificamos a presença de softwares e aplicativos que auxiliam na gestão de acervos para uma sistematização da informação eficiente, que possibilita aos públicos/usuários buscar as informações sobre as coleções salvaguardadas nas instituições. Além disso, podemos constatar que com a utilização de tecnologias digitais e da internet nas práticas sociais cotidianas, ocorrem transformações na sociedade no que tange os processos de comunicação e informação, que estão atrelados a cultura digital.

A cultura digital corresponde as ações da sociedade que acontecem no espaço social digital (MARTINO, 2003) e que, por sua vez, apresentam comportamentos relacionados com as tecnologias digitais, as redes sociais e o uso frequente da internet. Para tanto, Martins (2018) nos aponta quatro práticas que estão ligadas a cultura digital: a prática informacional, a prática comunicacional, a prática relacional e a prática curatorial. Diante disso, nos interessa saber como a documentação museológica pode ser atualizada considerando estas quatro práticas.

Documentação museológica: da teoria à prática

É no processo de documentação museológica, que legitimamos os acervos museológicos, de tipologias variadas, em suporte de informação e bem cultural. Para tanto, este processo visa a “[...] busca, reunião, organização, preservação e disponibilização de todas as informações, sobre quaisquer suportes, que digam respeito a esses mesmos acervos.” (BOTTALLO, 2010a: 51).

Segundo Lara Filho (2009) toda atividade de documentação museológica é argumentativa e ideológica, assim as instituições museológicas desenvolvem seus sistemas de informação para a organização, tratamento, segurança e disponibilização de seus acervos salvaguardados e, conseqüentemente, as informações vinculadas a eles. Para o autor, os museus buscam sentidos por meio de contextos, informação e participação dos públicos para gerar sistemas informacionais que atendam às necessidades de registro, controle e guarda.

Para tanto, cabe a gestão de acervos as diretrizes para alinhamento legal e ético para a organização, preservação e acesso as coleções, bem como para as formas de aquisição e descarte dos acervos museológicos da instituição. Isto é

desenvolvido por meio da elaboração de um dos instrumentos mais importantes dos museus, a política de gestão de acervos. A política de gestão de acervos é um documento essencial para a salvaguarda dos acervos museológicos na instituição, por isso, “[...] deve abordar uma ampla variedade de assuntos que serão escolhidos e descritos especificamente para servir às necessidades do museu.” (LADKIN, 2004: 15)

Cabe ressaltar, que a gestão de acervos e a documentação museológica apontam seus estudos e práticas para o caminho da organização e tratamento informacional dos bens musealizados, o que nos leva para o diálogo com a área da organização e representação da informação (CERAVALO; TALÁMO, 2000; 2007; BRASCHER; CAFÉ, 2010). Ortega e Lara (2010) compreendem documentação pela perspectiva da organização da informação, essa estipula um conjunto de técnicas que visem à recuperação, acesso e uso da informação contida nos objetos/documentos. A organização da informação é o processo que viabiliza ao indivíduo o acesso à informação e, por conseguinte permite a produção de conhecimento (BRÄSCHER; CAFÉ, 2010). Conforme expõe Guimarães (2009: 106), “[...] a organização da informação deve ser entendida como um conjunto de procedimentos que incidem sobre um conhecimento socializado (que, por sua vez, é um produto social e tem uma utilidade social e individual), [...]”

Assim, a organização da informação visa à ordenação do acervo, seja ele físico ou digital, por meio da descrição de seu suporte e conteúdo de seus objetos/documentos informacionais (CAFÉ; SALES, 2010), levando em consideração o estudo do contexto no qual estes foram produzidos. Identificamos que a descrição (processo) é o que deriva a representação da informação (resultado). Neste processo de organização da informação adota-se um conjunto de metadados minimamente padronizados, principalmente com relação a terminologia utilizada, para garantir no sistema de informação um tratamento mais eficiente e com maior possibilidade de diálogo entre outros sistemas e entre ele e seus públicos/ usuários, porém, é importante estar atento para não engessar às diversidades culturais a partir disso.

Para Crippa (2010: 24) a organização da informação “[...] é o resultado de formações históricas voltadas para a manutenção de instituições que conservam e realizam as mediações, de forma organizada, dos instrumentos e materiais de conhecimento socialmente compartilhados.”. Destaca-se que uma instituição museológica ao elaborar sistemas de documentação museológicos preocupados com as necessidades informacionais dos públicos e, por conseguinte, com o acesso e uso das informações, possibilitará meios diversos de produção de conhecimento. Assim, conforme expõe Bruno (2010):

Entende-se que os museus elaboram novas informações com base no estudo de seus acervos, desenvolvem distintos procedimentos técnicos para a preservação, salvaguarda e comunicação dos suportes da informação e, partindo de sua historicidade, geram novos indicadores documentais que, por sua vez, também se constituem em meios de informação. (BRUNO, 2010: 171)

No entanto, para a concepção de novas informações há que se reconhecer as mudanças socioculturais que permeiam a documentação museológica, uma vez que a contemporaneidade demanda dos profissionais museólogos um olhar crítico e atualizado sobre os procedimentos e instrumentos que se consolidaram no século XX, para a identificação e registro informacional dos bens culturais. Sendo eles: livro tomo, inventário/arrolamento, número de iden-

tificação, marcação do objeto e ficha de catalogação, bem como sistemas de informatização de acervos criados individualmente para as instituições museológicas. No que diz respeito ao livro tomo, destaca-se como o registro de entrada do objeto na instituição, para fins de legitimidade e preservação deste como bem cultural; já os procedimentos de arrolamento e inventário, visam o controle, identificação e registro informacional inicial, que caracterizam os objetos museológicos dentro da coleção e, conseqüentemente, de todo acervo museológico. Destaca-se também a criação do número de identificação, um código estabelecido pelo museu para registrar e possibilitar acesso eficiente na recuperação da informação dos objetos, assim, é realizado como prática a marcação deste número de identificação no próprio bem, considerando sempre as questões de conservação preventiva para não interferir e deteriorar o mesmo. (CAMARGO-MORO, 1986; FERREZ, 1994; BOTTALLO, 2010a; PADILHA, 2014)

Além destes, cabe ressaltar os instrumentos denominado ficha de catalogação e sistemas de informatização de acervos, que visam o detalhamento das características informacionais intrínsecas e extrínsecas, sobre cada objeto museológico da instituição, que possibilita organização, sistematização, acesso e recuperação eficiente. Ambos se tornam complementares à medida que após elaborar uma ficha de catalogação física com o conjunto de metadados que representam a realidade do museu, podem ser migrados para um sistema de gestão de acervos digitais para armazenar os dados e disponibilizar aos públicos/usuários interessados na busca dos acervos. No entanto, é preciso frisar que até o final do século XX, não há iniciativas de uma padronização destes sistemas de gerenciamento de acervos unificados para a comunidade museológica, mas sim propostas que atendiam determinadas tipologias de acervo, por exemplo, a base de dados Donato², como também, se mantiveram com mais frequência as experiências³ criadas individualmente, impossibilitando e/ou dificultando a relação entre instituições e entre a instituição e seus públicos (PADILHA, 2014).

Entretanto, esses procedimentos e instrumentos de documentação museológica do final do século XX se apresentam no século XXI ineficientes e obsoletos, em uma cultura que exige conexão, compartilhamento, interação, rapidez na recuperação das informações e que essas informações sejam de linguagem simples e acessível, mas que seja segura e legítima.

Documentação museológica para o século XXI: as práticas da cultura digital

Ao virarmos de século, nos deparamos com uma realidade sociocultural conectada as redes, que se informa, se comunica e se relaciona por meio das tecnologias digitais. A partir disso, são elaborados diversos recursos tecnológicos e dispositivos eletrônicos para atender a uma cultura que consome Apps, softwares, mídias sociais, entre outros. Pensando nisso, Martins (2018) nos aponta o que podemos compreender por cultura do digital:

[...] entende-se “cultura digital” como um conjunto de práticas sociais que acontecem de forma singular no espaço social digital. É importante destacar a ideia de singularidade para que se possa falar de cultura digital, visto que há práticas que só podem se dar nesse espaço social e que terminam por ser inerentes às condições desse

2 Criado em 1993 pelo Projeto Sistema de Informações do Acervo do Museu Nacional de Belas Artes (SIMBA).

3 Contratação direta de especialistas em tecnologia da informação (TI) que utilizavam de softwares como o Access, para customização de bases de dados.

espaço (possibilidades e restrições), quer sejam tais práticas técnicas, em relação ao meio no qual se dão, ou sociais, em relação ao tipo de interação por meio do qual se socializa. (MARTINS, 2018: 54).

Entretanto, a cultura digital se desenvolve à medida que os indivíduos se relacionam socialmente mediados por recursos digitais no espaço web, uma vez que os processos informacionais e comunicacionais ocorram na dinâmica simbólica e cultural do ciberespaço (LEVY, 2010). Segundo Kenski (2018) a cultura digital é um conceito novo e atual que surge a partir da demanda do tempo-espaço, por isso afirma que:

A expressão integra perspectivas diversas vinculadas à incorporação, inovações e avanços nos conhecimentos proporcionados pelo uso das tecnologias digitais e as conexões em rede para a realização de novos tipos de interação, comunicação, compartilhamento e ação na sociedade. (KENSKI, 2018)

Diante desse contexto, Martins (2018) nos apresenta as quatro práticas da cultura digital: a informacional, a comunicacional, a relacional e a curatorial e aponta que são:

Práticas que demandam novos suportes tecnológicos interacionais que permitem a manipulação de documentos, de objetos multimídia, de transformações informacionais e de manipulação de fluxos comunicacionais altamente flexíveis, tornando viáveis recombinações em tempo real de diferentes símbolos e fluxos simbólicos em novos objetos que dão passagem a novos tipos de relações sociais. (MARTINS, 2018: 55)

Ao identificarmos o que forma conceitualmente essas quatro práticas indicadas pelo autor, compreendemos o que são cada uma delas de maneira aplicada. Entretanto, as práticas informacionais são aquelas que visam a modelagem de algo que antes estava no campo do pensamento, da mente humana, assim trata-se da “[...] busca que se move por um desejo de produzir uma forma de representar um significado, uma forma de ver um pedaço do mundo que a lente sintetiza na ideia que se traduz palavra.” (MARTINS, 2018: 55). Como exemplo, o autor aponta o uso dos hipertextos, da criação de *tags*, de códigos html para estabelecer a conexão com outros objetos digitais, esta prática então é denominada como “**cultura do hiperlink**” (MARTINS, 2018: 56, grifo da autora).

No que tange as práticas comunicacionais, destaca-se os atos de comunicação com fins de circular as informações em meio a rede. Martins (2018: 57) traz a ideia de comunicação em movimento “[...] síncronos e assíncronos, permite o surgimento de serviços e ferramentas comunicacionais, tais como o e-mail, a mensageria instantânea (*icq*, *hangout*, *whatsup*) e os fóruns.”, ou seja, identificasse como a prática da “**cultura da mensagem instantânea**”. (MARTINS, 2018: 57, grifo do autor).

Quanto as práticas relacionais, é importante destacar a criação de sociabilidades no meio digital, com destaque na interatividade, assim, fortalece-se a “**cultura da timeline**.” (MARTINS, 2018: 58, grifo do autor), na qual, se estabelece

O surgimento das inúmeras experiências de formação de grupos, coletivos e, sobretudo, das mídias sociais é a manifestação mais evidente dessas práticas na web. Pode-se agora fazer novos amigos e redefinir a própria noção de amizade, “cutucar” pessoas, criar grupos abertos e fechados, segmentando o espaço social conforme

interesses específicos, curtir, votar, compartilhar, recomendar, comentar, enfim, exercer diferentes maneiras de práticas relacionais. (MARTINS, 2018: 57-58).

A prática relacional, ressalta a vivência social e cultural mediada pelas tecnologias digitais conectados à internet, incentivando dos públicos/usuários a produção e consumo de informações em fontes e meios diversos, bem como criando conteúdos visuais e sonoros, assim como aplicativos para potencializar essa relação no espaço digital. Situação essa que nos leva a compreender as práticas curatoriais, que conforme expõe Martins (2018: 58) “São percebidas pelas práticas que estabelecem relevância e realizam filtros de significância por meio de funcionalidades específicas nos aplicativos de mídias sociais. São práticas que interagem e calibram diretamente os algoritmos desses aplicativos [...]”. Esses filtros são criados a fim de recuperar as necessidades informacionais e comunicacionais dos públicos/usuários da rede, proporcionando conteúdos específicos de seus interesses, articulados por meio dos algoritmos. Assim, compreendemos a “**cultura do algoritmo**” (MARTINS, 2018: 59, grifo do autor), essa que seleciona os objetos digitais que serão compartilhados conosco por meio de nossos interesses individuais.

Crippa (2010: 32) afirma que “É na perspectiva de quadros sociais de referência, os quais fornecem sentido e legitimidade às práticas culturais, que devem ser observadas as representações da memória como forma de apropriação simbólica de narrativas compartilhadas.”. Por isso, ao compreendemos as práticas culturais no contexto digital, iniciamos a identificação das transformações simbólicas que movimentam a atualização das ações de documentação museológica e gestão de acervos, uma vez que aqueles procedimentos e instrumentos antes realizados, não comportam na sua inteireza as necessidades atuais desta cultura do compartilhamento, das redes, da interatividade e da agilidade. Conforme ressalta Bottallo (2010b: 147),

[...] as renovadas exigências contemporâneas do trabalho em cada uma dessas instituições e a necessidade de coletar, organizar, disponibilizar e recuperar informações de forma sistematizada a cada dia demonstram que essa fórmula não é mais suficiente para atender à complexidade das novas funções que assumiram. Além disso, distintas formas de organização de dados e acervos, bem como uma rica variedade de fontes com potencial para gerar informações e conhecimento, tradicionais e que exigem, por parte dos documentalistas, maior flexibilidade e abertura para considerar outros sistemas de gestão. (BOTTALLO, 2010b: 147)

A documentação museológica alinhada com as tecnologias digitais abre uma nova perspectiva, que vai para além de informatizar bancos de dados, em sistemas de gestão de acervos digitais. Há que se desenvolver procedimentos e instrumentos que atendam ao conceito e as práticas da cultura digital, para que sejam atualizadas frente às mudanças socioculturais que permeiam a própria lógica do fazer e pensar museus. Quando os aspectos socioculturais da contemporaneidade são reconhecidos, permitem que profissionais e pesquisadores de museus e da Museologia, reorganizem e repensem a forma como lidam cotidianamente com as funções do processo de musealização a partir da salvaguarda, pesquisa e comunicação.

Outra questão que permeia este contexto, são as implicações causada pela criação desenfreada de acervos digitais, que envolvem a segurança, a orga-

nização e a preservação. Além dos aspectos relacionados com os usos dados a estes acervos em diálogo com as necessidades dos públicos que circulam na rede e fazem parte desta cultura digital.

Para tanto, buscamos realizar o cruzamento entre os instrumentos e procedimentos da documentação museológica do final do século XX com as práticas da cultura digital levantadas já nas primeiras décadas do século XXI. A fim de proporcionar novos olhares e apontar novos caminhos de se fazer documentação museológica na contemporaneidade.

Análise dos instrumentos de documentação museológica à luz da cultura digital

Aqui pretende-se estabelecer um cruzamento entre os seis instrumentos da documentação museológica, a saber: livro tombo, arrolamento/inventário, identificação e marcação do objeto e ficha de catalogação e sistemas de informatização com as quatro práticas da cultura digital: informacional, comunicacional, relacional e curatorial, com o intuito de identificar possibilidades de atualização dos procedimentos com o conceito de cada prática. Para tanto, elaboramos o quadro 01 com o objetivo de apresentar em perspectiva os diálogos possíveis para estimular os profissionais e pesquisadores do campo museológico, mais especificamente, aqueles interessados e comprometidos com o desenvolvimento da documentação museológica e gestão de acervos no que tange aos aspectos socioculturais, o uso das tecnologias digitais e a web.

Assim, no quadro 01 foram marcados com um “X” quando o tipo de instrumento de documentação museológica possui em alguma medida relação com cada prática da cultura digital, nesse sentido, um mesmo instrumento pode ter relação com as quatro práticas, com três, com duas, com uma ou nenhuma. Aqui o que pretende é proporcionar a abertura para o debate do campo, a fim de reconhecermos a necessidade de mudanças nas atividades de documentação museológica, na prática considerando as transformações socioculturais, neste caso, com o meio digital.

Quadro 01 - Sistematização de compatibilidade entre documentação museológica e a cultura digital

Práticas da Cultura Digital	INSTRUMENTOS DE DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA					
	Livro Tombo	Arrolamento/ Inventário	Identificação do Objeto	Marcação do Objeto	Ficha de Catalogação	Sistemas de Informação
Informacional	X	X	X	X	X	X
Comunicacional	X	X			X	X
Relacional					X	X
Curatorial			X		X	X

Fonte: elaborado pela autora, 2022.

Com base no quadro acima, segue a síntese do cruzamento: (6) instrumentos de documentação museológica possuem ligação com a prática informacional; (4) instrumentos possuem diálogo com a prática comunicacional; (2) instrumentos possuem aproximação com a prática relacional e (3) instrumentos possuem conexão com a prática curatorial. Em relação aos desafios e falta de proximidade inicial, identificamos: (4) instrumentos de documentação com nenhuma proximidade com a prática relacional, (3) instrumentos de documentação que não dialogam com a prática curatorial e (2) instrumento de documentação que não estabelece vínculo com a prática comunicacional.

Quanto à análise qualitativa dos cruzamentos, destacam-se:

a) Livro tomo x prática informacional e comunicacional: considerando o objetivo central do livro tomo que visa o registro da incorporação do objeto na instituição museológica, e, conseqüentemente, o legitima como bem cultural a ser salvaguardado. Identificamos aqui um processo estabelecido na década de 1980 (CAMARGO-MORO, 1986), cuja orientação equivale a realização física em um caderno do tipo Ata, onde se estabelece um termo de abertura e fechamento, registrado em cartório, que não pode ser rasurado e que exige diretrizes para os casos de baixa patrimonial, furto de bens, entre outros. Porém, esta ação vem sendo gradualmente substituída nas instituições museológicas, por ferramentas tecnológicas, como Excel, Word, assim como em plataformas criadas especificamente para tal ação, a fim de dinamizar o processo e legitimar este por meio de recursos digitais, como assinaturas eletrônicas, para o registro legal desses bens culturais que são incorporados na instituição. Assim, entende-se que as práticas informacionais e comunicacionais aqui identificadas, podem atender as demandas da contemporaneidade ao olhar para as ferramentas digitais possíveis e as ações legais autenticadas na era do digital. No que diz respeito a prática informacional, destaca-se que ao entrar na instituição o objeto pode ser lincado com outros objetos que já fazem parte da instituição, como complementares e/ou relacionados, bem como pode haver casos que facilitem o registro informacional do bem, por exemplo, quando são inseridos objetos em série e as informações são as mesmas. Quanto à prática comunicacional, destaca-se aqui a possibilidade de movimento da comunicação para circulação da informação (MARTINS, 2018), uma vez que este livro tomo em formato digital poderá ser disponibilizado aos públicos na rede — salvo devidas informações de segurança — e compartilhado com o órgão de administração central da instituição museológica, para fins de controle, segurança e acesso. Assim, pode existir um fórum de discussão ou chat de mensagens, para acompanhamento dos responsáveis legais dos processos de registro de entrada da instituição, assim como para órgãos de preservação nacional, estadual ou municipal.

b) Arrolamento/inventário x prática informacional e comunicação: as ações visam a identificação, o controle e registro informacional com o intuito de reconhecer e organizar o acervo museológico, para tanto, cabe aos profissionais elaborar um método para este levantamento que seja eficiente e acessível, para facilitar o processamento das informações que envolvem o quantitativo dos objetos, a tipologia de materiais, a categorização de assuntos, entre outros pertinentes as singularidades das instituições. (BOTTALLO, 2010a; PADILHA, 2014). Dessa forma, com o uso de ferramentas digitais Excel, Word, Apps, etc, pode ser customizada uma planilha, um quadro ou uma listagem que já possa ser incluída em diálogo com o Livro tomo em meio digital (a), atendendo as necessidades apresentadas pela prática informacional (MARTINS, 2018), bem como que auxilie os profissionais de museus na sistematização das coleções museológicas considerando a categorização de assuntos, materiais, técnicas e quantitativo, pois algumas ferramentas geram gráficos e cálculos que contribuem na percepção geral das necessidades daquela instituição e daqueles bens culturais salvaguardados. Destaca-se também, no âmbito da prática comunicacional a ligação destes instrumentos de arrolamento e/ou inventário, com a elaboração de metadados que contribuam para a organização do acervo e movimento e circulação das in-

formações descritas e que podem ser alimentadas também por outros públicos, não apenas os profissionais internos a instituição.

c) Identificação do objeto x prática informacional e curatorial: quanto à instituição cria o código de identificação do objeto, que pode ser bipartido ou tripartido — numérico ou alfanumérico — (CAMARGO-MORO, 1986; PADILHA, 2014), alguns aspectos necessitam ser considerados, por exemplo, a sequência numeral da entrada dos objetos, a formação das coleções, a quantidade de bens culturais que a instituição consegue salvaguardar, entre outros. Assim, reconhecemos que a elaboração do código em si já se relaciona diretamente com a prática informacional (MARTINS, 2018) apenas pode ser pensada considerando os aspectos digitais como uso de Apps, softwares, ferramentas e os hipertextos. Isto irá contribuir para a prática curatorial, pois um código elaborado atendendo às demandas do meio digital e dos públicos que circulam na rede, auxilia na realização de filtros específicos para recuperar estes objetos, seja individualmente ou em grupo, pelas relações múltiplas que os bens culturais podem ter uns com os outros, e não necessariamente, por serem da mesma coleção.

d) Marcação do objeto x prática informacional: este processo diz respeito à marcação do número de identificação do objeto no próprio bem cultural, ou vinculado a ele. Aqui é importante ressaltar que reconhecemos que a marcação do código de identificação (c) no bem cultural se relaciona diretamente com a prática informacional (MARTINS, 2018), porque se estabelece a ligação de vínculo informacional, no entanto corresponde também aos aspectos de gestão e preservação digital, pois neste contexto da cultura digital, são criados acervos digitais, digitalizado ou nato digital (IBRAM, 2020), assim esses que serão marcados. A marcação neste caso é a renomeação do arquivo digital criado que para atender a prática informacional, pode ser gerado um hiperlink que conecta o código marcado no nome do objeto digital a suas demais informações (a), (b) e (c).

e) Ficha de catalogação x prática informacional, comunicacional, relacional e curatorial: Quando uma instituição museológica inicia os trabalhos no âmbito da documentação museológica, necessita compreender seu acervo museológico e as formas de colecionamento, para desenhar uma ficha de catalogação que atenda a perspectiva informacional dos objetos museológicos ali salvaguardados, por isso, o acompanhamento e registro das etapas referente aos instrumentos (a), (b), (c) e (d) são fundamentais para este processo. A ficha de catalogação visa o detalhamento das características informacionais intrínsecas e extrínsecas (FERREZ, 1994; BOTTALLO, 2010; PADILHA, 2014), para fins de organização, controle, acesso e recuperação da informação. A elaboração de metadados já podem atender especificamente as práticas informacionais e curatoriais, uma vez que são elaborados para representar o escopo do acervo, como também, são pensados para o desenvolvimento de filtragem para a recuperação das informações, mesmo que aqui ainda estejamos direcionados para a ficha de catalogação em suporte físico, ambas práticas necessitam ser consideradas no seu desenvolvimento. No que tange a prática comunicacional e relacional, destacamos três aspectos no âmbito da cultura digital: 1. O acesso à informação, 2. O compartilhamento de informações e 3. A interatividade dos públicos/usuários com os bens culturais. A ficha de catalogação é um instrumento fundamental

para as ações museológicas de salvaguarda, pesquisa e comunicação, quando compreendidas no contexto digital as dinâmicas de participação, compartilhamento e interatividade movimentam os processos de comunicação e de relacionamento. No âmbito da gestão de acervos compartilhados, algumas ferramentas digitais já possibilitam as referidas dinâmicas, por exemplo, o repositório *Wikimedia Commons*.⁴

f) Sistemas de informatização x prática informacional, comunicacional, relacional e curatorial: Os sistemas de informatização de acervos, são elaborados para fins de organização, acesso, recuperação e interoperabilidade das informações referentes ao acervo museológico. (BOTTALLO, 2010; PADILHA, 2014). Dessa forma, após ser elaborada a ficha de catalogação (e) que atenda às necessidades da instituição, realiza-se a migração dos dados para o sistema que gerenciam os acervos digitais (MARTINS; CARMO; GERMANI, 2018), considerando os aspectos metodológicos deste processo. Portanto, as práticas informacional e curatorial são previstas desde o início da elaboração da ficha até a inserção no sistema, por exemplo, a Plataforma Tainacan⁵ que possibilita na ficha de catalogação apresentada na rede, informações em hipertextos para direcionar para outros objetos digitais do acervo da instituição, bem como possui ferramentas internas na customização do sistema, para estabelecer os filtros de recuperação. No âmbito das práticas comunicacionais e relacionais, destacamos os ícones de compartilhamento, favoritos, curtir, mas também, podemos estabelecer espaços de discussão e troca de informações e temáticas pertinentes ao acervo. Os sistemas de informatização de acervos, podem ser mais que banco de dados estáticos, eles podem ser sistemas que contribuam na alimentação de informações e no processo de documentação museológica da instituição alinhado as transformações socioculturais da contemporaneidade.

Por fim, após análise dos procedimentos e instrumentos de documentação museológica com as quatro práticas da cultura digital, constatamos que muitas práticas lançam aos museus e seus profissionais um olhar atualizado para as ações já realizadas, mas também, possibilita a abertura de novas ferramentas e atividades, principalmente no que diz respeito a participação colaborativa de pesquisadores especializados e públicos da instituição. Ao verificarmos que a cultura digital conforme afirma Kenski (2018), direciona o campo para a inovação e desenvolvimento dos conhecimentos em diálogo com as tecnologias digitais, muitos aspectos que aplicamos atualmente nas instituições museológicas e nas práticas cotidianas dos profissionais, são fortalecidos e corroborados à medida que avançamos com pesquisas e teorias sobre o referido contexto sociocultural da contemporaneidade. Não podemos excluir também, a elaboração de normativas e legislações atualizadas com os aspectos digitais, que assegurem as instituições a partir dessas novas práticas desenvolvidas.

4 O Wikimedia Commons é um projeto multilinguístico mantido pela Fundação Wikimedia com o objetivo de ser um repositório central de imagens e outros tipos de multimídia livre, lançado em 7 de Setembro de 2004, para serem utilizados por todos os projetos irmãos. Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/Página_principal

5 O Tainacan é um software livre, e não tem nenhum custo de instalação ou atualização, podendo ser usado, copiado, estudado, modificado e redistribuído sem nenhuma restrição. Ou seja, você pode não só baixar e utilizar gratuitamente o Tainacan, como pode contribuir para o seu desenvolvimento e melhoria. Fonte: <https://tainacan.org>

Considerações Finais

Com a crescente inovação tecnológica na área de informação e comunicação, destaca-se o potencial de novas possibilidades para o controle de registros patrimoniais por meio de *softwares* e Apps variados. É necessário ainda que esta discussão amadureça no âmbito dos museus e da Museologia, pois a realização de tal potencial depende de questões de segurança, preservação, capacitação, entre outros fatores que condicionam o uso das tecnologias digitais.

Ressalta-se que o presente artigo atendeu ao objetivo geral de investigar os processos de documentação museológica pela perspectiva das práticas da cultura digital, ainda que inicialmente, a ideia foi estabelecer um panorama das possibilidades a fim de abrir a discussão ao campo museológico. No âmbito das quatro práticas da cultura digital são contempladas integralmente os instrumentos de ficha de catalogação e sistemas de informatização de acervos; já os instrumentos e procedimentos correspondente ao livro tomo e o arrolamento/inventário são atendidos pela perspectiva das práticas informacionais e comunicacionais; a identificação do objeto se aproximam das práticas informacionais e curatoriais e a marcação do objeto, apenas possui ligação com a prática informacional.

Há que se destacar o quanto a documentação museológica e a gestão de acervos são carentes de estudos e teorias que aprofundem as necessidades informacionais e comunicacionais dos públicos/usuários a partir das transformações socioculturais da contemporaneidade. Analisar as transformações socioculturais em diálogo com o meio digital é apenas um caminho de discussão para atualização do campo, pois no que diz respeito as transformações socioculturais em diálogo com a documentação museológica e gestão de acervos muitos aspectos que envolvem padronização de metadados, elaboração de tesouros, construção de sistemas de gestão de acervos, entre outros, necessitam de um olhar que atendam às exigências de uma sociedade antirracista, antilgbtobia, anticapacitista e feminista. Cabe ressaltar, que em pleno século XXI já não há espaço para que os museus e a Museologia reproduzam e reforcem comportamentos fóbicos, racistas e socialmente excludentes.

Referências

BOTTALLO, M. Diretrizes em documentação museológica. In: ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE AMIGOS DO MUSEU CASA DE PORTINARI. *Documentação e conservação de acervos museológicos: diretrizes*. Brodowski: Associação Cultural de Amigos do Museu Casa De Portinari; São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 2010a, p. 48-79.

_____. A Informação no museu. (Coord.) BEVILACQUA, G. M. F; MARINGELLI, I. C. A. da S. In: *I Seminário Serviços de Informação em museus*. Pinacoteca do Estado de São Paulo: São Paulo, 2010b, p. 169-175.

BRÄSCHER, M.; CAFÉ, L. Organização e representação do conhecimento. In: LARA, M. L. G.; SMIT, J. W. (Org.). *Temas de pesquisa em ciência da informação no Brasil*. São Paulo: Escola de Comunicação e Artes/USP, 2010, p. 85 - 103. Disponível em: <<http://www3.eca.usp.br/sites/default/files/form/ata/pos/ppgci/publicacaoes%20-%20temasdepesquisas.pdf>>. Acesso em: 06 mar. 2016.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Informações em museus: alguns argumentos e muitos desafios. (Coord.) BEVILACQUA, G. M. F; MARINGELLI, I. C.A. da S. In: *I Seminário Serviços de Informação em museus*. Pinacoteca do Estado de São Paulo: São Paulo, 2010, 169-175 p.

CAMARGO-MORO, Fernanda. Da Documentação: Elementos Auxiliares para a Decodificação e seus Instrumentos. In: *Museu: aquisição-documentação*. Rio de Janeiro, Livraria Eça, 1986.

CERAVOLO, S.M.; TÁLAMO, M.F.G.M. Tratamento e organização de informações documentárias em museus. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 10: 241-253, 2000.

_____. Os museus e a representação do conhecimento: uma retrospectiva sobre a documentação em museus e o processamento da informação. *VIII ENAN-CIB–Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*, 2007.

CRIPPA, Giulia. A faceta humanística da Ciência da Informação: ordem e memória do/no museu. (Coord.) BEVILACQUA, G. M. F; MARINGELLI, I. C.A. da S. In: *I Seminário Serviços de Informação em museus*. Pinacoteca do Estado de São Paulo: São Paulo, 2010, 23-32p.

GOB, André; Drouguet, Noémi. *A museologia: história, evolução, questões atuais*; tradução Dora Rocha e Carlos Alberto Monjardim – Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019. 376p.

GUIMARÃES, J. A. C. *Abordagens teóricas de tratamento temático da informação: catalogação de assunto, indexação e análise documental*. Ibersid, 2009. 105-117p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. *Acervos digitais nos museus: manual para realização de projetos*. Universidade Federal de Goiás - Brasília, DF: Ibram, 2020.

KENSKI, Vani Moreira. Cultura digital. MILL, Daniel. *Dicionário crítico de Educação e tecnologias e de educação a distância*. Campinas, SP: Papyrus, p. 139-144, 2018.

LADKIN, Nicola. Gestão do acervo. In: BOYLAN, Patrick J. (ed.). *Como gerir um museu: manual prático*. França: ICOM, 2004. p.17-32. Disponível em: unesdoc.unesco.org/images/0018/001847/184713por.pdf. Acesso em: 25 jul. 2018.

LARA FILHO, D. de. Museu, objeto e informação. *TransInformação*, Campinas, v.21, n.2, mai/ago, 2009. 163-169p.

LEVY, P. *Cibercultura*. Editora 34, 2010.

MARTINO, Luís Mauro Sá. *Mídia e poder simbólico*. São Paulo: Editora Paulus. 2 edição. 2003. 198 p.

MARTINS, Dalton Lopes. *As práticas da cultura digital*. sescsp.org.br/revistacpf, p. 51-60, 2018. p.51-60.

_____ ; CARMO, Danielle; GERMANI, Leonardo. Museu do Índio: estudo de caso do processo de migração e abertura dos dados ligados semânticos do acervo museológico com o software livre Tainacan. *Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*, Londrina, PR, 2018. Disponível em: < <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/120691> >. Acessado em: 27 de fev. 2020.

ORTEGA, C. D.; LARA, M. L. G. *A noção de documento: de Otlet aos dias de hoje*. Datagramazero, Rio de Janeiro, v. 11, n.2, 2010. 20 p.

PADILHA, Renata Cardozo. *Documentação museológica e gestão de acervo*. Florianópolis: FCC, 2014.

Recebido em abril de 2022

Aprovado em julho de 2022